

Cliente Municipal Nº _____

Presidente da
Câmara Municipal de Abrantes

Autorização de Utilização - Alteração ao Uso

Identificação do Requerente: (se estiver registado como cliente municipal preencher unicamente o nome)

Nome _____,

BI _____, emitido em _____, pelo Arquivo de Identificação de _____,

NIF _____, Estado Civil _____, Profissão _____,

Morada _____,

Localidade _____, Freguesia _____,

Concelho _____, CP _____

Telefone _____, e-mail _____,

na qualidade de (a) _____, do (b) _____, sito em/na _____

_____, localidade de _____,

freguesia de _____, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº _____

(Livro nº _____, fls _____), e inscrito na matriz predial sob o artigo _____, secção _____, para o qual

foi emitida a licença de utilização nº _____, em _____, para(c) _____,

pretendendo alterar o uso fixado na mesma, vem solicitar a emissão de novo alvará de licença de utilização

para © _____, nos termos do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na actual redacção, para o que junta os seguintes elementos:

(a) Proprietário, locatário, etc.; (b) Edifício, fracção, etc.; (c) Indicar tipo de utilização.

Abrantes, _____, de _____ de 200__

O (A) Requerente

ESPAÇO RESERVADO AOS SERVIÇOS

Requerimento apresentado por _____,

Documento de identificação _____ Validade _____

Recebi o original, pago pela guia nº _____ de _____, em _____

O Funcionário



O pedido de autorização de utilização de edifícios ou suas fracções é instruído com os seguintes elementos:

- Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação;
- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;
- Termo de responsabilidade subscrito pelo director de fiscalização de obra, quando aplicável;
- Termo de responsabilidade subscrito conforme o disposto no n.º 2 do artigo 63.º do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na actual redacção.
- Planta e corte do edifício ou da fracção com identificação do respectivo prédio;
- Telas finais, quando aplicável;
- Cópia do alvará de licença ou autorização de utilização anterior, quando exista;
- Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor;
- Livro de obra, quando tenham sido realizadas obras;
- Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar;
- Avaliação acústica.
- Planta à escala de 1:2500, ou superior, e, quando existam planos municipais de ordenamento do território, extractos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação e das respectivas plantas de condicionantes, com a indicação precisa do local objecto da pretensão;
- Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala de 1:25 000, quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação.
- Declaração dos condóminos
- Certificado Energético e da qualidade do ar interior (CE) no âmbito do Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios, nos termos do DL n.º 80/2006 de 4 de Abril.
- Certificado Energético e da qualidade do ar interior (CE) no âmbito do Regulamento dos Sistemas Energéticos e de Climatização dos Edifícios, nos termos do DL n.º 79/2006 de 4 de Abril.
- Certificado relativo a instalação de telecomunicações
- Certificado relativo a instalação eléctrica
- Termo de responsabilidade da empresa instaladora da rede de gás
- Outros _____